

Enredo Favela: as diferentes imagens construídas pela imprensa carioca sobre os problemas habitacionais da Capital Federal e seus reflexos no debate sobre a industrialização nacional (1956-60)

RAFAEL GANSTER*

Introdução

Com este trabalho objetivamos analisar a apresentação/representação da grande imprensa carioca sobre o processo de expansão das favelas da Capital Federal, buscando compreender como a imprensa constrói, através da narrativa jornalística, diferentes imagens sobre o tema. Longe de esgotar o assunto, pretendemos demonstrar que a percepção dos jornais a respeito deste tema (favelas) está diretamente relacionada com sua visão sobre a sociedade brasileira, refletindo seu posicionamento no campo político-econômico e, no âmbito do governo de Juscelino Kubitschek, seu posicionamento favorável ou não ao processo de industrialização nacional.

Buscando dar mais profundidade a análise, nos propomos neste trabalho a comparar três diferentes jornais do período. São eles: **Correio da manhã**, **Jornal do Brasil** e **Última Hora**¹. Para justificar nossa escolha, destacamos dois aspectos: 1) tais periódicos possuem, segundo a bibliografia disponível, orientações ideológicas distintas. 2) Todos os três jornais possuem grande tiragem diária, o que nos possibilita inferir que tiveram grande penetração na sociedade da época.

Devido às limitações deste artigo e ao estágio ainda inicial desta pesquisa, apresentaremos aqui os resultados parciais que obtivemos a partir da análise do material recolhido, referente aos anos de 1956 e 1957, apresentando as conclusões que conseguimos alcançar com base nesta documentação.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Agência financiadora CAPES.

¹ Para facilitar a leitura, utilizaremos neste artigo as siglas **CM**, **JB** e **UH** para nos referirmos aos respectivos periódicos.

Os anos JK: industrialização, migração e urbanização

Ao longo dos anos 50 o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização, causando mudanças estruturais que foram sentidas em diversos setores da vida nacional. Nosso foco, no entanto, será demonstrar de maneira breve as dimensões da expansão do parque industrial nacional durante o governo de Juscelino Kubitschek, bem como seus impactos no meio urbano.

Durante a campanha presidencial, Juscelino percorreu o país com as estatísticas de produção de energia elétrica e transporte. Frisava a necessidade de uma ampliação drástica desses setores, caso o Brasil desejasse dar um salto em sua produção industrial e integrar o bloco dos então qualificados “países desenvolvidos” (MOREIRA, 2003, p. 159). O programa de governo de Juscelino, conhecido como Plano de Metas, constitui-se como um marco no planejamento econômico nacional e lançou base a própria estabilidade política do Governo². Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização. Incentivava, por um lado, os investimentos privados de capital nacional e estrangeiro, procurando ampliar o parque industrial nacional. Por outro lado, atacava os pontos de estrangulamento da economia, isto é, os problemas estruturais que impediam o incremento industrial, prevendo grandes investimentos estatais em infraestrutura nacional (LAFER, 1970, p. 78).

Com seu slogan de “50 anos em 5”, Juscelino buscou desenvolver o parque industrial brasileiro e transformar a estrutura produtiva do país. Porém, o processo de industrialização nacional – iniciado ainda com Vargas no início dos anos 50 - afetou diretamente a estrutura urbana das principais cidades do país. Grandes autores brasileiros já dedicaram suas obras a análise da evolução urbana brasileira, entre eles Milton Santos (1996), Paul Singer (1985) e Ruben Oliven (1980), e o fator determinante deste processo, segundo os autores, reside na atração exercida pelas cidades industriais – ou cidades “modernas” – sobre as populações rurais, levando grandes contingentes populacionais a

² Ver em (BENEVIDES, 1976).

migrarem para os grandes centros em busca de melhores oportunidades, abandonando o campo para viver na cidade.

Dentre estes autores destacamos o economista Paul Singer (1985), pois sua análise sobre as migrações internas trouxe luz à questão da macrocefalia urbana no Brasil e veio a servir de base teórica para estudos posteriores. Segundo o autor, os chamados *fatores de expulsão* que colocam em movimento massas antes integradas no campo e na cultura de subsistência são de duas ordens: *fatores de estagnação* e *fatores de mudança*. Nas palavras de Singer, os fatores de estagnação:

(...) se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (...) Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. (SINGER, 1985, pág. 38)

Neste aspecto, podemos destacar que a falta de investimentos em tecnologia agrícola se apresenta como uma das principais causas que leva os indivíduos a abandonarem o campo, pois a produtividade solo é inferior ao crescimento vegetativo da população rural, levando ao esgotamento do modelo obrigando os indivíduos a buscarem novos meios de sobrevivência. No âmbito do governo JK este aspecto nos parece muito pertinente, pois, mesmo não se dirigindo a agricultura familiar e de subsistência, as principais críticas dos opositores ao governo estavam relacionadas ao sucateamento do maquinário agrícola nacional, o que causava prejuízo ao país por não aproveitar sua total capacidade de produção primária³.

³ Podemos destacar como principal expoente desta crítica o economista Eugênio Gudin. Ver: GUDIN, E. Inflação: importação e exportação – café – crédito – desenvolvimento – industrialização. Agir: Rio de Janeiro. 1959. 2ª Ed.

Diferentemente do primeiro aspecto apresentado, os *fatores de mudança* decorrem, nas palavras de Singer:

(...) da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas [rurais], a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. (SINGER, 1985, pág. 38)

Podemos perceber então que a expansão das relações de produção capitalista, principalmente influenciada pela economia de escala das grandes indústrias, acaba por desorganizar o modelo de produção tradicional, pondo em marcha os indivíduos que não são absorvidos neste processo. É importante destacar que no Brasil, assim como na quase totalidade dos países sul-americanos, o processo de expansão das cidades é condicionado pela combinação dos dois fatores expostos acima, resultando na concentração espacial de grande parte da população.

Para ilustrar o acelerado processo de urbanização brasileira, apresentamos os dados estatísticos levantados pelo IBGE, referentes à relação populacional entre campo e cidade: nos anos 1940, o país estava dividido entre 30.826.243 (74%) habitantes considerados como rurais e 10.410.072 (25%) como urbanos; porém, em 1960 esses números já seriam respectivamente de 38.767.423 (55,32%) e de 31.303.034 (44,77%) e, em meados dos anos 60, os residentes nas cidades se tornariam maioria. Esse processo de urbanização provocou profundas transformações nas grandes metrópoles brasileiras, que deixaram de ser apenas polos administrativos e comerciais para também “construir o lócus da atividade produtiva” (MARTINS, 2010, p. 86).

Analisando o crescimento histórico da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal e foco deste estudo, podemos perceber os reflexos deste processo: em 1940 a população da cidade era de 1.764.141 habitantes, chegando a 2.377.451 em 1950 e, em 1960, a marca de 3.307.163 moradores. Porém notamos algumas diferenças significativas na estrutura produtiva desta cidade, pois o Rio de Janeiro apresentava um índice de industrialização menor do que a Cidade de São Paulo (e o chamado ABC paulista), o que influenciou diretamente a forma de absorção dos contingentes migrantes no interior dessa

sociedade. Este fator aumentava a tendência de que a população migrante fosse incorporada pelo setor informal da economia carioca, aumentando os bolsões de miséria instalados na periferia da Capital Federal e vivendo em condições de precária habitabilidade (SINGER, 1985). Podemos perceber que aqui chegamos ao ponto nevrálgico de análise do processo de expansão das favelas, pois, mesmo tendo surgido no início do século XX, é no período pós-guerra e, mais precisamente nos anos 50, que elas terão um processo de expansão mais acelerado.

Pesquisas realizadas pelo IPEME e divulgadas em matéria publicada pelo jornal *Correio da Manhã* em 1957⁴ apontam a existência de 640 mil favelados na cidade do Rio de Janeiro. Apesar dos cuidados que devemos ter ao tomar a imprensa como fonte, vale destacar a publicação de levantamentos “científicos” (ou que assim se apresenta) e a ênfase dada pelo jornal a tal “problema”, destacando que a cada mês surgem 3.776 novos favelados. Como dito, não cabe aqui avaliarmos a utilização da imprensa enquanto fonte – até por que este não é o objetivo deste artigo, mas vale destacar a preocupação com que a imprensa da época já se dirigia ao assunto.

Apontamentos teórico-metodológicos

Antes de adentrarmos na análise das fontes, cabe fazer alguns apontamentos referentes à teoria e metodologia empregadas nesta pesquisa. Sendo assim, destacamos a interpretação pela qual avaliamos os periódicos analisados que, não devendo ser encarados como meros espelhos da realidade, constituem-se, segundo as palavras de Maria Helena Capelato, como “espaços de representação do real” (CAPELATO, 1988, p. 24). Dessa forma, o que buscamos compreender através da análise dos jornais são as diferentes apresentações e representações feitas pelos veículos midiáticos selecionados

⁴ Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos de mercado (IPEME) e noticiado na edição de 4 de setembro de 1957 pelo Jornal *Correio da Manhã*, com o título “*Nada menos de 640 mil favelados tem o Rio de Janeiro*”.

acerca do tema favela, tendo em mente a pluralidade de argumentos e perspectivas que são reportadas ao assunto.

Pesquisando em jornais e outros veículos de mídia, nos deparamos com aquilo que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa (LUCA, 2008, p. 140). Devemos estar ciente que os jornais não são, na maioria das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Sendo assim, é necessário buscarmos identificar, quando possível, elementos externos e internos que influenciam na edição do periódico, tal como suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, e também o grupo responsável por sua linha editorial (LUCA, 2008, p. 140).

A imprensa periódica se constitui como lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e na mediação entre o mundo dos fatos e a instância da leitura /recepção (DALMONTE, 2010, p. 216). Mesmo que se apresente como totalmente imparcial cada periódico apresenta uma perspectiva distinta na representação dos fatos, visto que todo relato constitui uma versão do real – e não o próprio real, pois este não pode ser representável, apenas demonstrável (DALMONTE, 2010, p. 220). Levando em consideração o que foi dito até aqui, podemos admitir que o conteúdo veiculado pelo jornal exerce considerável influência sobre o público leitor, pois atribui significado a elementos do real na própria ação de narrar os fatos. Neste aspecto, o estudo pioneiro de Walter Lippmann (1922) ainda se mostra muito pertinente para a compreensão desta interação entre os meios de comunicação e o público. Sua tese é de que os veículos noticiosos, nossas janelas ao vasto mundo além da nossa experiência direta, determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo. A opinião pública, argumenta Lippmann, responde não ao ambiente, mas ao **pseudoambiente** construídos pelos veículos noticiosos.

Buscando identificar as diferentes representações sobre o tema favelas, empregos neste artigo a metodologia denominada Análise Textual Discursiva⁵ (ATD), que consiste em uma ordenação dos argumentos em torno de um processo organizacional, compondo um ciclo constituído pela unitarização, categorização e produção de um metatexto. Não pretendemos, aqui, apenas testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa, mas sim compreender a dinâmica própria dos objetos pesquisados. Com o objetivo de organizar as informações levantadas e facilitar a comparação entre os jornais, propomos a construção de três categorias: 1) *por que a favela é caracterizada como problema*; 2) *modelo de intervenção*; 3) *defesa de um modelo político-econômico*. Para tornar a leitura do texto mais fluida, faremos a exposição destas categorias ao longo do texto.

Jornal do Brasil

O **JB** foi criado em 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, sofrendo diversos reveses editoriais até a década de 50 e tendo mesmo passado pelas mãos de diferentes proprietários até que, após a morte de Pires do Rio e Pereira Carneiro, em 1953 Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro assume sua propriedade. Mesmo passando por profundas modificações entre os anos de 1956 e 1959, o jornal manteve um posicionamento conservador e foi crítico do governo JK, acusando-o de corrupção e de irresponsabilidades na construção de Brasília (SODRE, 2006, págs. 371-573).

No que se refere a nossa análise, utilizaremos a categorização proposta anteriormente para tentar compreender como a Favela foi apresentada/representada neste jornal, buscando identificar através de suas páginas a percepção do periódico sobre o tema.

Para iniciarmos a análise, destacamos dois aspectos fundamentais na argumentação do JB sobre o “problema favela”. O primeiro está relacionado aos próprios

⁵ Sobre a Análise Textual Discursiva, ver: MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: Ciência e Educação, v. 9, n 2, p. 191-211, 2003.

indivíduos que habitam este meio, caracterizados pelo jornal em sua maioria como “perigosos” a sociedade, assim como no seguinte trecho:

O êxodo das populações rurais batidas pela adversidade para os grandes centros, tem concorrido e muito para o desenvolvimento das “favelas” e, conseqüentemente, da delinqüência. (*Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1957. “Do êxodo à delinqüência”, página 12).

Continuando sua abordagem, o periódico destaca a influência do meio na educação dos indivíduos, segue:

Não queremos dizer que todos os habitantes dessas “shanty-towns” sejam criminosos, mas que as condições de vida que levam essas míseras criaturas, proporcionam as “chances”, abrem o caminho para os futuros marginais (...) Deles não se pode esperar homens dedicados ao trabalho. O início é tudo na formação da espécie humana. (*Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1957. “Do êxodo à delinqüência”, página 12).

Fica claro o caráter negativo atribuído pelo jornal aos moradores da favela, desqualificando os indivíduos adultos (por não serem homens dedicados ao trabalho), e prevendo de maneira pessimista o futuro dos jovens. Muito próximo de uma abordagem ecológica sobre o assunto⁶, o jornal atribui adjetivos pejorativos a população que habita este espaço periférico, atribuindo papel central na relação entre o indivíduo e o meio em que vive, percebendo o ambiente como favorável a degeneração do homem.

Outra preocupação evidente no JB, e que também fica explícita na análise do CM, diz respeito a expansão das favelas. Diversos editoriais e artigos procuram alertar para o perigo do rápido crescimento deste “problema” na Capital Federal, relacionando este fato, principalmente, as migrações internas. Neste ponto, o JB é claro ao afirmar que o principal

⁶ Utilizamos a categorização apresentada por Ruben Oliven (1980). Segundo o autor, a abordagem ecológica refere-se à tendência em tratar a favelas como uma entidade social. Outra tendência seria abordar o tema de maneira restrita a precariedade das habitações, constituindo a chamada categoria habitacional. Estas teriam sido as duas principais formas de encarar o “problema” das favelas até a publicação da CEPAL, em 1966, de um texto redigido por Aníbal Quijano, o qual lançou as bases para novas abordagens sobre o tema. Ver: QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre o conceito de marginalidade social”. In: PERREIRA, Luiz (Org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo, Duas cidades, 1978. (OLIVEN, 1980, págs. 39-41)

motivo do crescimento acelerado das favelas são as levas de migrantes que chegam a cidades e que são oriundos do meio rural (com maior destaque para nordestinos e mineiros que), como nesta passagem do editorial intitulado publicado no dia 8 de janeiro de 1956:

As favelas e a criação de novas poderiam ser sensivelmente diminuídas se as providências adotadas tivessem sido de ataque às causas e não o combate aos efeitos, como se tem praticado até agora. (...) A principal [causa] está na chegada, constante e intensa, de filhos ou residentes em outros Estados e que sofrem da miragem da vida melhor na Capital da República. (Jornal do Brasil, 8 de janeiro de 1956. Pág. 5. “*A causa das Favelas*”)

A partir foi dito até aqui, cabe destacar o modelo de intervenção defendido pelo JB. Neste ponto, o jornal apresenta um posicionamento contrário a chamada “urbanização das favelas”, defendendo o argumento de que a intervenção Estatal neste sentido apenas agravaria o problema, já que tais benéficos atrairiam ainda mais indivíduos para a cidade. A explicação para este processo, segundo o jornal, reside no fato de que ao saberem da notícia de beneficiamento das favelas, levas de indivíduos se põem em marcha em direção ao morro, buscando serem contemplado pelo programa, como no trecho:

A notícia correu todo o Brasil e quantos podem ser transferidos para a Capital da Republica, nos “paus-de-arara” ou mesmo a pé, estão vindo e, guiados por conterrâneos, amigos ou simples conhecidos, tratam logo de escolher um local para fixar alguns paus, começo de residência (Jornal do Brasil, 13 de dezembro de 1956. Pág. 5. “*O crescer espantoso das favelas*”).

A formulação de uma categoria específica sobre política econômica foi realizada com o intuito de demonstrar a relação entre a percepção dos jornais no plano social (questões urbanas e sociais da Capital Federal) e político-econômico (nacional). Através do material levantado, podemos verificar que no JB esta relação se dá principalmente por meio da defesa de um projeto agrarista para o país, onde o objetivo principal é a modernização do setor primário. Desta forma, o jornal dá ênfase a necessidade de fixação do homem no campo, local onde se é possível observar as melhores condições de vida para as massas e se encontram as principais fontes de riqueza nacional. Em diversos

editoriais fica clara a defesa do desenvolvimento das forças produtivas no setor primário⁷, principalmente como condição necessária para a expansão industrial – o jornal fala da necessidade de lastrear o desenvolvimento industrial no setor primário⁸.

Correio da Manhã

O CM foi criado em 1901, por Edmundo Bittencourt, e se destacou como um dos principais órgãos da imprensa brasileira no século XX. Na década de 50, apresentou uma imagem pró-juscelinista - porém critica a política financeira de seu governo - formulada em um cenário de dicotomia na redação entre os pressupostos liberais da sua primeira fase de existência e os novos princípios que acabavam de aparecer no cenário econômico brasileiro, como, por exemplo, o combate ao ingresso do capital estrangeiro. Entendido pela historiografia como um órgão liberal, manifestou-se contra a reforma agrária e buscou ridicularizar a construção de Brasília, devido a possibilidade de esvaziamento político que tal transferência poderia causar no Rio de Janeiro⁹.

Assim como o JB, o jornal CM apresenta uma visão negativa sobre a favela, atribuindo o rótulo de mazela social a estas zonas de moradia. Porém, uma diferença é substancial no entendimento deste jornal sobre o “problema favela”: o foco principal da argumentação do jornal está relacionado à questão estética causada por este tipo de habitação, como no editorial do dia 21 de fevereiro de 1959, intitulado “Em nome da estética”, onde a instalação de um relógio na cidade, tido como um atentado ao visual urbano, é comparado com o problema das favelas e outras mazelas¹⁰. Seguindo esta linha

⁷ *Jornal do Brasil*, 3 de outubro de 1957. Pág. 3. “*O café na concorrência mundial*”.

⁸ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1956. Pág. 5. “*Base do desenvolvimento econômico*”.

⁹ Ver: LEAL, Carlos E. *Correio da Manhã*. In: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 16/05/15, às 12:42.

¹⁰ A argumentação do jornal pode ser, de forma resumida, relacionada a perspectiva da categoria habitacional, apresentada na nota 6. “Assim, não se percebia que a favela não é um problema mas uma “solução” à necessidade de abrigo e que a sub-habitação é apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego” (OLIVEN, 1980, pág. 40).

de argumentação, o jornal apresenta grande preocupação com o crescimento vertiginoso das favelas, principalmente nos tradicionais pontos turísticos da cidade¹¹.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito a percepção dos jornais frente aos indivíduos que vivem na favela que, diferente da descrição apresentada pela JB, são na maioria trabalhadores ordeiros e honestos, chegando ao ponto de sugerir a revisão do próprio conceito de Favela no dicionário. Segue o trecho do editorial:

No verbete Favela, por exemplo, se diz: “s.f. conjunto de casebres, cortiço; habitação de negros e malandros”. Sem dúvida, que são muitos os “negros e malandros” favelados. Não são todos, porém, e numerosos são os de cor que são trabalhadores ordeiros e honestos chefes de família (*Correio da Manhã*, dia 16 de outubro de 1957. Pág. 6. “*Definição de Favela*”).

Como é possível perceber, o CM traz à pauta a questão racial nas suas considerações sobre o assunto, porém, devido ao reduzido tamanho deste artigo, não cabe aqui analisarmos afundo tal aspecto, visto que ultrapassaríamos facilmente o limite de páginas desta publicação.

No que se refere ao modelo de intervenção no “problema favela”, é possível perceber que o jornal defende a urbanização das favelas existentes, o que melhoraria tanto o aspecto visual da cidade quanto as condições de vida dos moradores do morro, mas ressalta a importância de se investir em estratégias para conter a expansão deste tipo precário de habitação¹².

Em relação a defesa de um modelo político econômico, o CM se aproxima muito a posição tomada pelo JB, porém com menor intensidade na defesa dos interesses agrários. Como é possível perceber em diversos editoriais, os problemas que vinham corroendo o bem-estar da nação (principalmente a inflação), poderiam, segundo o jornal, ser solucionados se, ao invés de se investir amplamente no desenvolvimento do setor

¹¹ *Correio da Manhã*. 14 de julho de 1957, pág. 73. “*Turismo? Mais uma favela na estrada do Joá*”.

¹² *Correio da Manhã*. 9 de fevereiro de 1957, pág. 6. “*Favelas*”; *Correio da Manhã*. 13 de agosto, 1957, pág. 6. “*Os favelados pagam*”.

industrial, fosse adotada uma política de equilíbrio entre os interesses agrários e urbanos¹³. Segue o trecho:

Excluídos certos grupos de privilegiados, ninguém está satisfeito com o governo. As suas metas foram abandonadas. O seu plano de desenvolvimento econômico em vez de produzir a melhoria do padrão de vida dos brasileiros, a todos está tornando cada vez mais pobres (*Correio da Manhã*, 23 de julho de 1957, pág.6. “*Ventos Semeados*”).

Última Hora

Vespertino fundado por Samuel Wainer em 1951, o jornal **UH** logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca e brasileira. Já em 1955 surgiu uma edição matutina no Rio de Janeiro - em São Paulo o jornal começou a ser editado em 1952, apenas com edição vespertina – e, o mesmo tempo, começou a ser articulada a Rede Nacional de Última Hora. Segundo a historiografia, este periódico foi fundado para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública. Tendo sido criado com verbas de financiamento público, fato amplamente discutido na CPI instaurada em 1953, o jornal é considerado como apoiador dos governos de Getúlio e Juscelino Kubitschek – sendo este último o articulador do empréstimo com o Banco Hipotecário de Crédito Real quando ainda era governador do estado de Minas Gerais¹⁴.

No que se refere a esta pesquisa a nossa pesquisa, podemos verificar que poucos editoriais do jornal UH referiam-se ao tema das favelas ou mesmo a política econômica do governo JK. Os resultados que obtivemos foram a partir do trabalho com algumas reportagens e colunas não assinadas e, mesmo ainda não sendo satisfatórios, nos permitem inferirmos alguns resultados.

¹³ *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1957, pág.6. “*Revolta experimental*”; *Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1957, pág. 6. “*As duas inflações*”.

¹⁴ Ver: LEAL, Carlos E. *Última Hora*. In: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 16/05/15, às 10:12.

Segundo o material analisado, podemos perceber que o jornal apresenta diferenças muito significativas em relação ao apresentado pelos periódicos CM e JB. O tema das favelas aparece relacionado a problemas de infraestrutura urbana, déficits de moradia e falta de condições básicas de moradia para os indivíduos que lá habitam. Este ponto é de suma importância para nosso trabalho. Pode-se notar que a favela é sim um problema, mas pelo fato de ser neste meio que vivem os trabalhadores e operários urbanos. Ao contrário do que pode ser percebido na apresentação do tema pelo JB, o jornal UH não desqualifica o indivíduo que habita a favela, ao invés disto, destaca a presença dos trabalhadores neste meio, pois, devido à falta de opção e ao grave problema de especulação imobiliária na cidade carioca, os operários apenas conseguem se instalar nas regiões periféricas da cidade, fazendo crescer cada dia mais este tipo de habitação. Em uma reportagem sobre as condições dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, consta:

Causa surpresa e pasmo que os operários com treze anos de serviço, elogiados pela empresa por seu “esforço, dedicação e conduta” no trabalho, sejam obrigados a residir em verdadeiras choças, sem os mínimos requisitos de higiene e conforto (Última Hora, 17 de maio de 1958. Pág. 11. “C.S.N. emancipa o Brasil enquanto seus operários vivem em favelas”).

Seguindo esta linha de argumentação, a forma de intervenção defendida pelo jornal reside no amparo aos favelados, e não na simples expulsão de seus moradores. Destacamos, porém, as próprias ressalvas feitas pelo periódico, como no trecho: “Não queremos, é claro, enveredar pelo caminho da defesa demagógica das favelas” (“*Combate às favelas: não pela expulsão, mas pelo amparo aos favelados*”, 18 de janeiro de 1958, pág. 3). Ainda neste mesmo editorial são destacados aspectos negativos das favelas, pois se constituem como “foco de doenças, refugio de malfeitores”. Porém, ressalta-se também a necessidade de proporcionar aos moradores da favela melhores condições de vida, através da transferência destas populações para áreas com moradias populares ou com a urbanização das atuais zonas de ocupação das favelas.

No que se refere ao modelo econômico defendido pelo jornal, podemos, com base na obra de Maxwell MacCombs¹⁵ (2009), entender melhor à posição adotada por este periódico com base na ausência de certos assuntos em suas páginas. No que podemos constatar, não há nenhum editorial – ou mesmo coluna assinada – criticando diretamente a postura do governo em relação a sua política econômica. Sendo assim, podemos inferir que a ausência deste aspecto reflete uma postura, se não de apoio (o que carecia de embasamento), mas acrítica ao modelo industrial adotado por Juscelino Kubitscheck.

Contrariando a postura apresentada pelo JB, segundo a qual o país deveria seguir o exemplo americano e investir primeiramente no setor agrícola, buscando consolidar a produção primária para depois desenvolver sua produção industrial e, assim, organizar um processo ordenado de crescimento¹⁶, o jornal UH vincula uma reportagem da revista americana “*Fortune*”, cujo título já esclarece seu conteúdo: “17 milhões de americanos vivem em miseráveis favelas”¹⁷.

Considerações finais

Longe de esgotar o assunto, este artigo buscou apresentar os resultados parciais da pesquisa que vem sendo desenvolvida, destacando a divergência que pôde ser percebida entre apresentação/representação dos periódicos analisados sobre o tema proposto. Nossos objetivos ao comunicarmos este trabalho são divulgar a pesquisa que vem sendo realizada, abrindo espaço para debates e sugestões, e, principalmente, buscar chamar a atenção para um assunto tão relevante no processo de urbanização e

¹⁵ Maxwell McCombs é um dos formuladores da chamada “Teoria da Agenda”, teoria que busca analisar a influência causada no público pelos meios de comunicação de massa. A hipótese central desta teoria é de que a saliência (ou não) de um determinado tema na mídia acaba por criar balizas em relação ao conteúdo ao qual o leitor é exposto (ou seja, delimitando “sobre o que pensar”), ao contraio de outras teorias da recepção que buscam analisar a influência do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação (ou seja, no “como pensar”).

¹⁶ *Última Hora*, 20 de junho de 1956. Pág. 5. “Base do desenvolvimento econômico”.

¹⁷ *Última Hora*, 26 de novembro de 1957. Pág. 4. “17 milhões de americanos vivem em miseráveis favelas”.

desenvolvimento nacional que, por vezes, tem sido deixado à margem das pesquisas acadêmicas.

Como foi possível perceber, os jornais analisados apresentam divergências significativas em aspectos fundamentais em sua abordagem sobre as favelas e sua população. Longe de se constituir enquanto argumento isolado, é possível perceber que a construção de uma perspectiva sobre o assunto esta relacionada com um modelo de sociedade mais amplo defendido pelos jornais. Ao contrário de algumas leituras já realizadas, podemos perceber que a tentativa de analisar a linha de orientação seguida pelos periódicos não é tão simples quanto pode parecer, pois muito além de uma categorização de esquerda/direita ou liberal/desenvolvimentista, existe uma série de fatores que exercem pressão na tomada de decisões dentro do corpo editorial – tanto pressões externas quanto internas. Sendo assim, o que pretendemos demonstrar através do que foi escrito neste artigo é justamente o diálogo entre a abordagem de assuntos em escalas assimétricas – as favelas da Capital Federal e a política econômica - buscando avaliar os pontos de convergência na argumentação dos jornais em relação ao que poderíamos chamar de um “modelo de desenvolvimento nacional” apresentado pelos mesmos.

Referências bibliográficas

BENEVIDES, M. V. M. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1976, 2ª edição.

CAPELATO, H. R. *História do Brasil*. Contexto, São Paulo, 1988.

DALMONTE, Edson F. *Narrativa jornalística e narrativas sociais: questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade*. In: FERREIRA, Giovandro, et al (Org.). *Teorias da comunicação: trajetórias investigativas*. EdIPUCRS, Porto Alegre, 2010.

GOMES, A. C. G. (org.). *O Brasil de JK*. FGV: Rio de Janeiro. 2002. 2ª Ed.

LAFER, Celso. JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil. FGV, Rio de Janeiro, 2002.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. The Free Press, New York, 1966.

LUCA, Tânia R. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. Contexto, São Paulo, 2005.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Vozes: Petrópolis. 2009.

MARTINS, L. C. P. *A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. PUCRS, Porto Alegre, 2010.

MORAES, Roque. *Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva*. In: *Ciência e Educação*, v. 9, n 2, p. 191-211, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi.(org.) *CIDADE: história e desafios*. FGV, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEN, Ruben G. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Vozes ,Petrópolis, 1980.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. EdiPUCRS, Porto Alegre, 2011.